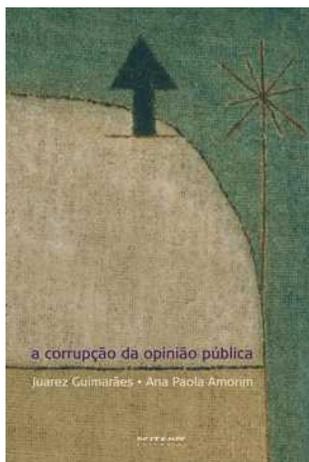


Resenha

Roberto Bitencourt da Silva^(*)



A Corrupção da Opinião Pública.
São Paulo, Editora Boitempo, 2013 (143 p.).
Juarez Guimarães e Ana Paula Amorim.

No momento em que redijo o texto¹, a greve dos profissionais de educação da Rede Pública de Ensino do Município do Rio de Janeiro veio a completar dois meses de duração. Por conta da incompreensível indisposição em negociar com o sindicato daqueles profissionais, a Prefeitura tem transformado as ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro em um verdadeiro palco de guerra. A resistência e a mobilização dos profissionais de educação, a desqualificação dos métodos dialógicos e democráticos, pela Prefeitura carioca, a submissão do Poder Legislativo Municipal aos ditames arbitrários do prefeito Eduardo Paes e o uso da violência policial contra os grevistas, são alguns dos ingredientes que têm promovido uma expressiva repercussão da greve no noticiário nacional e internacional.

Desde o início do movimento grevista, as Organizações Globo – por meio do seu telejornalismo e dos diários impressos *O Globo* e *Extra* – têm demonstrado a mais absoluta

^(*) Doutor em História (PPGH/UFF), mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRJ), professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Rio/FAETEC/SECT-RJ) e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME-Rio. E-mail: betobitencourt@hotmail.com

¹ Outubro de 2013.

parcialidade em favor das ideias e das ações do prefeito. As vozes e os reclamos dos profissionais de educação têm sido acolhidos, pelo conglomerado midiático em questão, de maneira muito tímida e sempre associados a imagens e a perspectivas negativas. Não raro cumprindo o encargo de porta-voz semi-oficial da Prefeitura, o enviesamento do noticiário é explícito. Ao invés de informar à população as questões e os interesses em jogo, as Organizações Globo optam por se colocarem na condição de comunicadores do poder, comunicadores da Prefeitura.

Detentoras de um papel proeminente no sistema brasileiro de comunicação, as Organizações Globo revelam estreita afinidade ideológica com a política educacional esposada pela Secretaria Municipal de Educação (SME/Rio) – assentada no privatismo e na desvalorização do professorado.² Apresentam igualmente sólidos compromissos econômicos estabelecidos com a Prefeitura, por meio da obtenção de recursos orçamentários municipais em contratos de publicidade e de fornecimento de material e projeto pedagógico, para a própria SME/Rio.³

Eis um panorama que, inevitavelmente, tende a produzir graves limitações ao gozo do direito público e individual à informação, com efeito, a uma dimensão essencial do exercício dos direitos humanos, como preconizado pela Unesco.⁴ O comprometimento da informação – e das empresas de comunicação – com os poderes político e econômico suscita a criação e a preservação de uma ambiência pública desfavorável à liberdade de expressão e ao debate coletivo, apoiado no pluralismo das opiniões dos múltiplos grupos sociais.

² Consultar *Viomundo*. “A campanha dos professores para denunciar Paes e Cabral”, 30/09/2013. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/denuncias/a-campanha-dos-professores-para-denunciar-paes-e-cabral.html> . Acesso em 10/10/2013.

³ São vultosos os recursos públicos orçamentários da Prefeitura do Rio destinados tanto ao InfoGlobo, quanto à Fundação Roberto Marinho. Dados disponíveis na página eletrônica da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro: <http://riotransparente.rio.rj.gov.br/dados.asp?situacao=ATIVO&EXERCICIO=2013&ua=16&descUA=EDUCA%C7%C3O++++&totalInstrumentos=73.889.146%2C94&totalUA=74.830.766%2C39&uo=1600&descUO=SECRETARIA+MUNICIPAL+DE+EDUCA%C7%C3O&totalUO=74.830.766%2C39&instContratual=5&totalInstr=3.131.392%2C00&cmd=contratosOrgaoResposta4&visao=contratos>

A respeito do InfoGlobo, consultar:

<http://riotransparente.rio.rj.gov.br/dados.asp?situacao=TODAS&favorecidoPesquisa=GLOBO&favorecido=INFOGLOBO+COMUNICACAO+E+PARTICIPACOES+S.A.&CNPJPesquisa&CNPJ=60452752000115&totalGeral=52.678.652.125%2C77&totalFav=8.299.800%2C00&EXERCICIO=TODOS&orgao&cmd=contratosFavorecidoResposta2&visao=contratos#Resp> . Acesso em 10/10/2013.

⁴ UNESCO. *Éducation aux médias et à l'information: programme de formation pour les enseignants*. Paris, 2012.

O caso mobilizado consiste em um exemplo, entre tantos, dramático, candente, da necessidade de introdução da temática democratização da mídia na agenda pública nacional. Tendo por objetivo empreender uma reflexão acerca dessa temática, o livro *A corrupção da opinião pública*, recém-lançado pela editora Boitempo, escrito pelas penas de Juarez Guimarães e Ana Paola Amorim, chega aos/às leitores/as em muito boa hora.

O trabalho denota um empreendimento intelectual baseado em densa análise e discussão teórica. Identificando o que classificam como “déficit estrutural das teorias democráticas” e “mal-estar nas relações entre a democracia e os meios de comunicação”, Guimarães e Amorim percorrem diferentes leituras e autores/as, de sorte a compreender as limitações e as potencialidades da liberdade de expressão. *Grosso modo*, exploram as contradições entre as gramáticas liberal e republicana, com o propósito de assinalar argumentos que, de um lado, permitam superar as limitações da lógica liberal e mercantil, hegemônica, sobre a liberdade de expressão e os meios de comunicação. De outro, visam promover uma reflexão acerca das condições democráticas para o efetivo exercício da liberdade de expressão.

Para os autores, a perspectiva liberal tende a observar as liberdades de um ângulo estritamente negativo, isto é, como um campo de ação particular reservada aos indivíduos, em oposição ao poder e aos possíveis abusos do Estado. Em decorrência, temos aí uma cidadania passiva, despolitizada, praticamente alheia à esfera pública. Nesse sentido, qualquer regulamentação estatal sobre as mídias costuma ser interpretada como uma ação arbitrária e lesiva às liberdades, em especial à liberdade de expressão. Esse é o argumento habitualmente mobilizado pelas empresas que controlam os meios comerciais e massivos de comunicação no Brasil, como de resto, nos demais países do continente sul-americano.

No tocante à abordagem republicana, Guimarães e Amorim ressaltam o princípio do “autogoverno dos cidadãos”, como componente central para o exercício das liberdades. Assim, é posto em relevo a necessidade de observância da capacidade individual de participar e de se fazer ouvir no processo de construção das decisões públicas. Como argumentam os autores: “sem voz pública, o cidadão vê seus direitos fenecerem”.

A corrupção da opinião pública traduz-se, no Brasil de hoje, em um processo de oligopolização das mídias, de privatização das vozes. Apenas alguns estratos sociais e econômicos, sintonizados com os preceitos mercantis e os esquemas de percepção social que norteiam as grandes empresas de comunicação, têm acesso à visibilidade e à expressão da

opinião. Uma esfera pública que não faz jus aos ideais republicano e democrático, pois *corrompida* por estreitos interesses privados. Uma esfera pública *corrompida* por tornar invisíveis ou desimportantes múltiplos setores sociais subalternos e seus valores, tradições, ideias e aspirações.

A alternativa, como oportunamente frisam os autores, não é a estatização das mídias. Não é entregá-las ao controle e à propriedade do Estado. Mas, sim, a criação de um marco legal regulatório, em que o “predomínio do estatuto público tanto na propriedade quanto na regulação deve guiar a organização das esferas comunicacionais”. A participação e o controle público sobre a propriedade e a gestão dos órgãos de comunicação, assim como medidas que proíbam a concentração empresarial no setor, são algumas das iniciativas destacadas por Guimarães e Amorim.

Cumprindo ainda observar que, por mais inovadores que sejam os usos politizados das mídias sociais e da telefonia celular conectada à Internet, por maiores que sejam os seus potenciais democráticos e críticos aos poderes políticos e econômicos, em nossos dias, o poder, sobretudo, da televisão, é incontestável. Ao menos, por enquanto. Por isso, reformar e desconcentrar o latifúndio que caracteriza as comunicações brasileiras consiste em um dos mais urgentes itens da pauta de aprofundamento democrático da nossa sociedade, é o que, em síntese, nos lembra os autores. Temas públicos de primeira grandeza, como a educação – tão secundarizada e amesquinhada no noticiário contumaz das corporações midiáticas – teria possibilidades inauditas de reverberação e reflexão coletivas.

Recebido em: 16/10/2013.

Aceito em: 22/10/2013.